

Políticas públicas

Destino dos recursos

A PROPORÇÃO dos gastos federais em agricultura e organização agrária em relação às outras despesas teve queda ao longo dos últimos 25 anos. Nesse período cresceram o PIB em 2,34% ao ano, as despesas da União em 6,3% e a da agricultura e organização agrária em 0,45%. A União responde por 75% dessa despesa, enquanto os estados por 19,0% e os municípios por 6,0%.

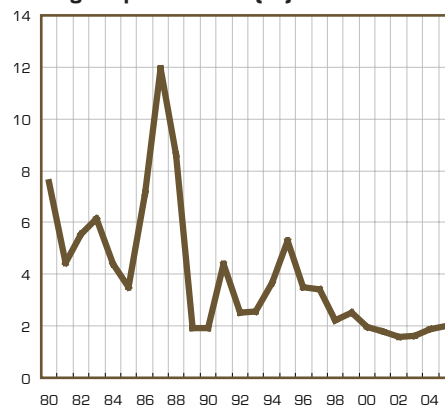
De 2001 a 2005, as despesas em função da agricultura aumentaram em 7,4% e a da organização agrária em 106,2%. A participação das despesas correntes é maior na agricultura (55%) que na organização agrária (24,4%). A grande diferença aconteceu de 2003 a 2005: os gastos

em função da agricultura permaneceram relativamente estagnados, enquanto os gastos com organização agrária aumentaram quase duas vezes em valores reais entre esses anos.

A análise das informações sobre despesas correntes e de capital mostra que os gastos com organização agrária se voltam para o crescimento a longo prazo. Em função da agricultura os gastos públicos focam principalmente o crescimento de curto prazo.

Mudanças importantes ocorreram na forma de financiar o gasto público. Em 1999, 26,6% dos recursos para financiar a agricultura eram originários do lançamento de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional, cuja remuneração era

Brasil: Participação da função agricultura e organização fundiária na despesa total da União, corrigido pelo IGP-DI (%)



Fonte: STN/MF e IPEA/IPEADATA

Embrapa: Recursos aplicados (R\$ mil de 2005 – IGP-DI)

Anos	Pessoal	O. Custeios	Capital	Total
1974	-	108.712	-	108.712
1975	106.846	160.594	-	267.440
1977	343.995	203.947	41.157	589.099
1979	513.908	342.401	95.684	951.992
1981	488.112	308.466	156.264	952.841
1983	539.542	243.695	108.571	891.808
1985	569.306	351.430	97.887	1.018.623
1987	634.374	259.561	194.895	1.088.830
1989	717.134	148.090	67.847	933.071
1991	913.473	296.246	30.202	1.239.921
1993	828.353	176.388	74.052	1.078.793
1995	746.142	215.134	186.135	1.147.410
1997	839.817	312.223	106.232	1.258.272
1999	756.986	307.840	57.521	1.122.348
2001	724.347	276.085	86.686	1.087.118
2003	653.328	170.367	79.015	902.711
2005	669.789	205.685	80.080	955.554

Fonte: Embrapa/DAF Colaboração: Embrapa/SEA *Valores corrigidos pela média anual do IGP-DI da FGV (março/2006)

a do mercado. Em 2005 essa fonte nem sequer foi utilizada, levando, desse modo, a uma expressiva economia de recursos.

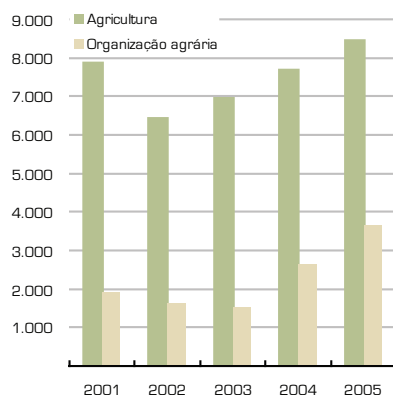
Preços Mínimos

Dos instrumentos tradicionais da Política de Garantia de Preços Mínimos, as Aquisições do Governo Federal (AGF) mantêm sua importância no tempo, enquanto os Empréstimos do Governo Federal (EGF) perdem espaço para novos instrumentos criados pelo Governo Federal a partir de 1996.

No período recente, os anos de 2000 a 2003 destacam-se como os de maior intervenção governamental, expressa em termos de gastos com a política de preços mínimos. Em 2005, o governo fez grandes aquisições, especialmente de milho e trigo, com o objetivo de evitar quedas mais drásticas nos preços desses produtos.

Há grande concentração dos gastos públicos em poucas subfunções. Em 2005,

Gastos da União (R\$ milhão) – corrigido pelo IGP-DI



Fonte: MF

quatro programas concentraram 88% dos dispêndios em agricultura e 90% em organização agrária. Em ambos os casos, os recursos foram direcionados para o curto prazo. Há um conjunto expressivo de programas cujos montantes de recursos são inexpressivos, como aqueles relacionados à produtividade, sustentabilidade, treinamento, pesquisa e outros.

Crédito Rural

O volume de recursos despendidos pelo governo em crédito rural no período de 2000 a 2005, totalizou R\$ 15 bilhões, sendo R\$ 10,08 bilhões para o Pronaf.

Com a redução do volume de recursos desembolsados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural a Produtores e Cooperativas tem havido um decréscimo dos dis-

Despesa da União com agricultura e organização agrária, corrigido pelo IGP-DI

Programa	R\$ Mil	%
1. Agricultura		
Desenv. econ. cafeeira	1.275.416	15,1
Produção e abast. alimentar	2.874.486	34,1
Des. da bovideocultura	148.308	1,8
Irrigação e drenagem	82.279	1,0
Apoio administrativo	1.587.559	18,8
Transf. gestão per. irrigados	132.384	1,6
Agricultura familiar-Pronaf	1.782.500	21,1
Pesq. des. para compet. e sustent.	121.670	1,4
Apoio ao des. setor agropecuário	160.010	1,9
Sub-total	8.164.613	96,8
Total	8.437.356	100,0
2. Organização agrária		
Obtenção de terras	1.904.204	52,5
Des. sust. na reforma agrária	418.105	11,5
Agricultura familiar-Pronaf	134.294	3,7
Apoio administrativo	402.542	11,1
Credito fundiário	515.566	14,2
Des. sust. de territórios rurais	121.570	3,4
Sub-total	3.496.283	96,4
Total	3.628.442	100,0

Fonte: STN

pêndios com financiamento e equalização das taxas de juros nas Operações de Custeio Agropecuário.

No período 1998 a 2005, as despesas da União com as renegociações de dívidas (encargos assumidos no ato de uma renegociação, nas prorrogações dos prazos e nas

mudanças realizadas nos encargos ao longo dos contratos) somaram R\$ 22,60 bilhões.

Cálculos das subvenções econômicas concedidas por meio da comercialização, do crédito rural e das renegociações indicam uma estimativa de R\$ 6,75 bilhões em 2005. Tomando-se os anos de 2000 a 2005, o ano de 2003 apresentou a maior despesa com subvenções econômicas, R\$ 7,32 bilhões. Os gastos com crédito rural e renegociações de dívidas representam a parte mais expressiva das subvenções concedidas.

Subvenções econômicas na agricultura (R\$) – corrigido pelo IGP-DI

	Comercialização	Crédito Rural	Renegociação	Crédito total
2000	1.545.355,20	2.088.571,70	3.675.299,00	7.309.225,80
2001	1.463.841,70	2.193.509,70	2.786.968,20	6.444.319,50
2002	816.225,70	2.713.691,30	2.207.169,20	5.737.086,20
2003	1.492.866,80	2.571.457,70	3.257.109,70	7.321.434,20
2004	625.924,10	3.504.472,30	1.263.510,00	5.393.906,30
2005	530.881,50	2.828.477,20	3.386.505,40	6.745.864,10
Total	6.475.095,00	15.900.179,90	16.576.561,50	38.951.836,10

Fonte: STN

Pesquisa

Enquanto no Brasil tem havido reduções dos dispêndios com P&D, os países desenvolvidos aumentam os dispêndios em pesquisa na proporção do crescimento do PIB. Os anos de 2003 a 2005 mostram uma queda real da ordem de 14% dos recursos da Embrapa. Os gastos com pessoal foram reduzidos em 7,8 % e o de outras despesas correntes, de 23,3%. ■